

Curso/Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL OBJETIVO

Aula: Conexão e Continência - 18

Professor(a): Elisa Pittaro

Monitor(a): Paula Caroline Nascimento de Oliveira

Aula nº. 18

CONEXÃO E CONTINÊNCIA

(Continuação)

Passada a parte teórica de conexão e continência, vamos abordar as situações práticas que associam as regras de competência.

Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri;

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave;

b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade;

c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos;

III - no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação;

IV - no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta.

Conforme observado **no Inciso I**, o Tribunal do Júri exerce atração sobre os demais crimes.

EXEMPLO 01: Homicídio cometido na Comarca A, com nexo em estupro cometido na Comarca B. A competência será do Júri da Comarca A, local do homicídio.

EXEMPLO 02: Vejamos a hipótese de Conexão entre Crime Doloso Contra a Vida e Crime Eleitoral. Haverá reunião dos processos? Qual a competência?

A Jurisprudência, e a doutrina capitaneada por Paulo Rangel e outros autores, aduzem que, como as duas competências estão fixadas na CFRB/88, não é possível estabelecer quem exercerá o juízo de atração sobre quem, razão pela qual deverão ser separados. Essa é a orientação majoritária.

Por outro lado, existe uma segunda corrente, minoritária, capitaneada por Tourinho e Frederico Marques, onde lecionam que a nossa Carta Maior fez menção de uma lei complementar para tratar da matéria eleitoral, não editada, razão pela qual se deve trabalhar com o Código Eleitoral que foi integralmente recepcionado pela CFRB/88. Assim, em seu art.35 inciso II o Código Eleitoral, dispõe que cabe aos juízes eleitorais julgarem os crimes eleitorais e os crimes conexos, sem fazer qualquer ressalva ao júri, logo, cabe ao juízo eleitoral julgar tudo. Vejamos a literalidade do supramencionado artigo:

Art. 35. Compete aos juizes:

II - processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais;

EXEMPLO 03: Um Juiz e seu secretário cometem homicídio. Quem julga? A jurisprudência é bem dividida existindo duas orientações.

A primeira, quem defende são os professores Tourinho e Polastre. Segundo esta orientação, como as duas competências estão na CFRB/88, deve haver a separação dos processos.

Por sua vez, a segunda corrente, titularizada por Paulo Rangel, aduz que, realmente, as duas competências estão fixadas na CFRB/88, mas, apesar disso, a competência é do Tribunal de Justiça, já que é Tribunal de maior graduação, devendo ser aplicado o disposto no art. 78, inciso III do CPP e ambos serão julgados pelo TJ. Isto porque o júri é competência de jurisdição de primeiro grau.

No que tange ao **Inciso II**, temos que jurisdição da mesma categoria significa mesmo grau de poder jurisdicional.

EXEMPLO 04 – Crime de competência da jurisdição estadual conexo a crime de competência da jurisdição federal. Quem julga? Qual órgão competente?

Súmula 122 STJ – Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, “a”, do Código de Processo Penal.

Para Tourinho, prevalece a competência da justiça federal, pois, apesar de também ser uma justiça comum, ela é especial quando comparada a justiça estadual. Já PACHELLI diz prevalecer a competência da justiça federal, em razão de um critério constitucional de distribuição de competência, ou seja, toda competência da JF esta na CF em seu art. 109.

Vamos agora comentar as alíneas deste Inciso II, começando pela Alínea a:

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave;

EXEMPLO 05: Comarca A, B, C e D. Imagine que ocorreram 03 furtos na comarca A, conexo com 01 roubo na comarca B, conexo com 04 receptações na comarca C e 02 estelionatos na comarca D.

Segue agora dicas FUNDAMENTAIS para o candidato eliminar os critérios de competências. Vejamos:

- a) Algum dos envolvidos tem **foro privilegiado**?
- b) Algum dos crimes cometidos é de **competência constitucional do júri**?
- c) Existe crime da **competência Federal**?
- d) Qual o local em que ocorreu o **crime mais grave**, considerando a pena máxima dele prevista em abstrato?

No caso do exemplo, o Roubo cometido na comarca B é o crime mais grave. Aplica-se portanto o art. 78 II alínea 'a' do CPP.

ATENÇÃO, não se soma as penas dos crimes, deve ser considerada a pena individualmente de cada crime.

EXEMPLO 05: Comarca A, B, C e D. Imagine que ocorreram 03 furtos na comarca A, conexo com 02 receptações na comarca B, conexo com 04 receptações na comarca C e 01 furto na comarca D.

Segue agora dicas FUNDAMENTAIS para o candidato eliminar os critérios de competências. Vejamos:

- a) Algum dos envolvidos tem **foro privilegiado**? Não.
- b) Algum dos crimes cometidos é de **competência constitucional do júri**? Não.
- c) Existe crime da **competência Federal**? Não.
- d) Qual o local em que ocorreu o **crime mais grave**, considerando a pena máxima dele prevista em abstrato? Não, pois furto e receptação possuem a mesma pena.

Então, persistimos com o problema em identificar a competência, qual a dica?

- e) Local de **maior numero de crimes**.

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

- b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade;

No exemplo, portanto, seria a comarca C.

Atenção, essas dicas deverão ser apresentadas para exclusão **SEMPRE nessa ordem**.

Finalizando, vamos analisar a alínea 'c':

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos;

EXEMPLO 06: Comarca A, B, C e D. Imagine que ocorreu 01 furto na comarca A e B, conexo com 01 receptação na comarca C e D.

Dicas:

- a) Algum dos envolvidos tem **foro privilegiado**? Não.
- b) Algum dos crimes cometidos é de **competência constitucional do júri**? Não.
- c) Existe crime da **competência Federal**? Não.
- d) Qual o local em que ocorreu o **crime mais grave**, considerando a pena máxima dele prevista em abstrato? Não, pois furto e receptação possuem a mesma pena.
- e) Local de **maior numero de crimes**? Não. Pois fora cometido apenas 01 crime em cada comarca.

Então, qual o critério? Aplica-se o Art. 78, inciso II alínea 'C' do CPP. O chamado **"Critério tapa buraco"**. Usaremos portanto o critério da PREVENÇÃO.

Prevenção significa anterioridade de conhecimento. Ou seja, qualquer um dos juízes que se antecipar na pratica de algum ato processual, estará preventivo.

Durante o inquérito policial é possível aplicação da prevenção? Depende. Se for realizado qualquer pedido cautelar, seja deferido ou não, o juízo estará preventivo. Se não houver qualquer pedido cautelar nesse período, preventivo será o juiz que receber primeiro a denuncia.

EXEMPLO 07: Imagine que já existia um juízo preventivo e não houve observância de uma regra de prevenção. Qual a consequência?

Súmula 706 STF - É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

Para se falar, portanto, em prevenção válida, é necessário que tenha ocorrido prévia distribuição, pois é regra objetiva de fixação de competência. É por isso que essas medidas decretadas durante plantões judiciais não fixam competência, pois, são medidas de urgência que não ocorre distribuição. Devendo após da fixação da medida de urgência, ser realizada a distribuição, e só ai será decretada a prevenção.

Agora, imaginemos que no exemplo 02, o examinador diga que os crimes ali cometidos, ao invés de conexos, tenham sido **em caráter continuado** (art. 71 CP). Como ficaria:

EXEMPLO 08: Comarca A, B, C e D. Imagine que ocorreram 03 furtos na comarca A, com 01 roubo na comarca B, com 04 receptações na comarca C e 02 estelionatos na comarca D. Todos de forma CONTINUADA.

Não será aplicado nesse caso as dicas anteriores. E o que faremos? Aplica-se a literalidade do art. 71 do CPP. Então atenção, se for crime CONTINUADO a competência será pela prevenção!

Por fim, vamos analisar o disposto no Inciso III, vejamos:

III - no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação;

EXEMPLO 08: Desembargador, com foro no STJ, Juiz, com foro no TJ e um servidor, que é julgado pelo juízo singular, cometeram Peculato. Onde haverá a reunião?

No de maior graduação. Ou seja, todos serão julgados no STJ.

Aqui surge uma polêmica, se o servidor que deveria ser julgado por juízo de primeiro grau já inicia o processo no STJ, seria usurpado seu direito recursal? Ou seja, como só caberia a ele recurso ao STF, a reunião dos processos no STJ, para o servidor, seria inconstitucional? A resposta é negativa.

Súmula 704 STF - Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

Então é importante a remissão no referido inciso III.